

Deliberação nº 55/82 – 2ª Câmara

Aprovada em 20.10.82 – Processo nº 957/81

Interessado: ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

Assunto: Consulta sobre a obra em domínio público

Relator: Conselheiro Henry Jessen

EMENTA:

Comprovada, perante o CNDA, a anterioridade das adaptações à vigência da Lei nº 5.988/73, é-lhes inaplicável o disposto no seu artigo 93, face ao direito adquirido sob o império de legislação precedente.

I – Relatório

O presente processo já foi objeto de apreciação desta Segunda Câmara que – por decisão unânime – respondeu à Consulta do ECAD sobre questões atinentes ao domínio público. Retorna agora com os subsídios obtidos, pela Secretaria-Executiva, dos autores das adaptações das obras especificamente referidas pelo ECAD, consistentes numa carta de 02 de junho último (fls. 05 a 07) com um disco Long-Play apenso, informando que o trabalho só pode ser publicado em 1981, porém as adaptações, fruto de pesquisas precedentes, antecederam à vigência da Lei nº 5.988/73. Junta, declaração de cinco pessoas (fls. 09 a 12) com firmas reconhecidas por notário, que confirmam terem conhecimento destas adaptações desde o decorrer do ano de 1972, bem como relação das obras e *curriculum vitae* de José Maugéri.

Este o relatório.

II – Análise

Dispensável para o renomado compositor Maugéri Neto apresentar lista de suas produções, entre as quais se destaca “A Taça do Mundo é Nossa”, ou seu volumoso *curriculum*, dada a sua notoriedade e respeitabilidade no ambiente musical brasileiro. À vista de suas declarações e do testemunho de cinco pessoas idôneas, encabeçadas pelo talentoso músico “Caçulinha”, não pode pairar a menor dúvida de que as adaptações, objeto da consulta do ECAD, antecederam à promulgação da Lei nº 5.988/73, gozando os seus autores de direito pleno sobre as mesmas, adquirido na vigência da lei anterior que não requeria autorização do Estado para realizá-las.

III – Voto

Meu voto, por conseguinte, é no sentido de proclamar a licitude das adapta-

ções a que se refere o presente processo, e determinar ao ECAD a liberação, em favor dos autores, dos créditos retidos.

Brasília, 20 de outubro de 1982

Henry Jessen
Conselheiro Relator

IV – Decisão da Câmara

Acompanharam o voto do relator, por unanimidade.

José Pereira
Conselheiro

Antônio Chaves
Conselheiro

D.O.U. 18.11.82 – Seção 1 – pág. 21.550